

A DIMENSÃO GEOPOLÍTICA DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO CERRADO

Maria Erlan Inocêncio
Brasil - Profª da Universidade Estadual de Goiás, Pires do Rio – Go
airam1236@gmail.com

Resumo: O propósito deste trabalho é efetuar reflexões sobre como a geopolítica foi o instrumento da expansão da fronteira agrícola em direção ao interior do Brasil, modernização territorial do Cerrado a partir da década de 1970. No caminho para alcançar este propósito priorizou-se uma política/programa em especial, o Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado, PRODECER, por entender que este foi, dentre todas as políticas públicas que intervieram diretamente sobre as terras do Cerrado, a que mais induziu transformações territoriais. A ocupação da porção central do território brasileiro relaciona-se ao processo de reafirmação do modo capitalista de produção que funde seus interesses ao do Estado Nacional. Assim, o estudo do Cerrado engloba as estratégias geopolíticas de interiorização do desenvolvimento, balizadas pelo apelo público de ocupar os “vazios demográficos”.

Palavras-chave: Território; Cerrado; Geopolítica; Poder; Agricultura.

Introdução

A compreensão dos novos moldes de produção, criados e recriados pela força do capital sobre os territórios, passa necessariamente pela agricultura e ao se tratar do campo, não há como negligenciar a ocupação do Cerrado, porção territorial do Planalto Central do Brasil; segundo maior bioma do país; ponto de origem das “águas da América do Sul”; patrimônio genético da biodiversidade; mosaico de diferentes fitofisionomias que se aglutinam sob relações de interdependência entre solo, relevo, clima e vegetação; “mar de soja” e “campina de cana”; ambiente, culturalmente uno e diverso de lugares, que abriga o “povo cerradeiro”.

A ocupação do Cerrado ocorreu a partir da década de 1970 e relaciona-se ao processo de reafirmação do modo capitalista de produção ratificando a tese de que o Cerrado era um espaço improdutivo e subutilizado que, para não sucumbir ao esquecimento, deveria ser incorporado aos interesses mercadológico através dos avanços técnicos e científicos.

A geopolítica foi, sem dúvida, a via modernizante do território do Cerrado que ao articular interesses públicos e privados, nacionais e internacionais, estruturou um conjunto de medidas destinadas a implantar um novo processo produtivo nas terras do Planalto Central. As ações políticas de planejamento econômico e conseqüentemente territorial desenvolveram-se com maior dinamicidade em três distintos momentos da história brasileira: implantação do Estado Novo (1930); Plano de Metas de Juscelino Kubistchek (1956) e Regime Militar (1964).

As bases modernas da geopolítica sustentaram as políticas de planejamento no Brasil (1930 – 1980) e incorporaram estratégias de ocupação e interiorização

sistemática do território nacional. É o período em que são fortalecidos os vínculos de relação entre território, poder, estratégia e Estado.

Nesta direção é possível construir um arcabouço teórico capaz de explicar as tramas do capital, para que o interior do País pudesse ser o palco de novas configurações territoriais a partir da década de 1970. Nessa linha de pensamento, é salutar discutir a inserção da geopolítica no cenário brasileiro e a introdução do Cerrado neste contexto, assim bem como as articulações com o Estado, por meio das políticas públicas no emaranhando do poder, que a partir do campo expande um conjunto de ações capazes de transformar o território do Cerrado.

Compreender a trajetória de admissão do Cerrado ao circuito produtivo capitalista exige buscar elementos, no passado brasileiro, que apontem os caminhos percorridos pelo país ao longo de sua formação territorial e que envolvem o Brasil Central como área construída sob o ideário da produção de mercadorias para exportação, portanto subordinado ao capital, especialmente, o transnacional.

Geopolítica: conceitos fundamentais para entender as tramas do capital

O conceito de geopolítica começou a se delinear a partir do século XIX, quando os países europeus iniciaram a consolidação de suas condições de estados-nação, ou seja, começaram a estruturar um espaço geográfico que, munido de recursos naturais, bacias hidrográficas e sistemas econômicos produtivos, passaram a disputar entre si, o espaço geográfico europeu, exercendo poder hegemônico sobre o território e, dependendo das circunstâncias, absorvendo os Estados vizinhos mais fracos.

A geopolítica tem como preocupação fundamental “a questão da correlação de forças – antes vista como militar, mas hoje como econômico-tecnológica, cultural e social – no âmbito territorial, com ênfase no espaço mundial” (VESENTINI,2005, p.10).

O termo geopolítica foi pronunciado pela primeira vez no ano de 1899, por Rudolph Kjéllen, sendo concebido como ramo autônomo da ciência política, distinguindo-o da Geografia Política, considerada por ele, um sub-ramo da Geografia. Entretanto, seu significado já havia sido explorado, anteriormente, por vários pensadores que alertaram para a influência do meio geográfico na organização dos espaços terrestres.

No Brasil, a geopolítica esteve presente desde o período colonial, quando o País expandiu-se para o oeste a partir da incorporação de terras espanholas, Tratado de Madri. Todavia, o período mais forte de estratégias geopolíticas, de maior efeito sobre o interior do País, ocorreu no governo de Getúlio, com a Marcha para o Oeste e no decorrer dos governos militares (1964 – 1982).

Associando as políticas do período getulista de ocupação do interior do Brasil e os Programas e Planos de Integração do Território Nacional, é possível conceber que a ocupação de caráter racional do Cerrado, enquanto porção central do território do Brasil, coincide exatamente com esses períodos.

É possível considerar que o alicerce do sistema capitalista se assenta sobre capital e trabalho, e a geopolítica é o “corolário da competição e/ou dominação econômica” (VESENTINI, 2005, p.38), entre os territórios.

No contexto de pluralidade de abordagens sobre geopolítica, a análise, propõe-se a pensa-la à luz da ciência política, por entender que o nível de engajamento do estudo que mais se adequa aos objetivos do artigo é de ordem estratégica nacional-estatal e que o Estado concebido é fruto de contradições internas e do movimento histórico das lutas de classes.

O Cerrado no contexto geopolítico

A análise da região Centro-Oeste, contemplando o seu significado no contexto geopolítico brasileiro, equivale a trabalhar com o pressuposto de que estudar essa região significa, necessariamente, levar em conta sua inserção no ecossistema do Cerrado. À luz desse pressuposto, o corte analítico aqui adotado privilegiará alguns elementos da conjuntura internacional, no contexto de uma nova geopolítica esboçada no Brasil, a partir do Centro-Oeste, em que pese o papel desempenhado pelos Estados Unidos e Japão na inserção do território do Cerrado, ao processo moderno de produção e a intervenção estatal.

A inserção do Centro-Oeste na “lógica geopolítica que conferiu papel estratégico à região” (STEINBERGER, 2000, p. 32), vem sendo responsável por um crescente processo de construção de novas territorialidades, que começaram a se delinear a partir da década de 1930, com a Marcha para o Oeste, de Getúlio Vargas. Entretanto, essa região, “espelhada em um processo mudancista” (GUEDES & NATAL, 1997) foi definitivamente incorporada à dinâmica capitalista do país na década de 1970.

O Estado ocupa posição de destaque, nesse contexto, por ter transformado em celeiro da produção nacional, o Cerrado brasileiro. Este pode ser lido como um território que vem assumindo a marca do processo moderno de produção agrícola brasileiro, a partir das ações políticas e econômicas do Estado.

A posição geográfica de centralidade nacional e ponto de encontro tanto em termos fisiográficos, como socioeconômicos, culturais e políticos, coloca o Cerrado como a área mais dinâmica, territorialmente, do Brasil. A dinâmica se deve à associação entre as características intrínsecas e extrínsecas ao espaço geográfico onde se assentou e às características adquiridas a partir da continuada intervenção estatal.

No Brasil, três autores, em particular, analisaram a posição do país do ponto de vista geopolítico, Mario Travassos, considerado precursor da geopolítica no Brasil, o General Golbery do Couto e Silva e Carlos Meira Mattos. Todos atuaram durante a ditadura militar de 1964 a 1985 (VIEIRA, 2006).

Nesse caso, cabe interpretar os nodos de exercício do poder estatal na gestão dos negócios territoriais e a dimensão territorial das fontes e das manifestações do poder em geral. Registrar as relações entre o território e o poder, que se colocam como objeto e meio do poder exercido pelo Estado.

O Estado: sujeito da apropriação geopolítica do Cerrado

Como construção política, o Estado renova-se em contextos diversos, acompanhando a evolução socioeconômica e política da civilização, mantendo o seu caráter universal e sua principal característica, a concentração de poder, independentemente dos seus elementos determinantes.

O Estado, instituição político-social, juridicamente organizada, que ocupa um território definido, onde a lei máxima é uma Constituição escrita e dirigida por um governo, que possui soberania reconhecida interna e externamente, foi o responsável pelo “corte tipológico entre as sociedades ditas “primitivas” e as “civilizadas”, pela transformação do tempo mítico em secular, definindo-se nesse momento como categoria histórica” (MACHADO, 2000, p 13).

O Estado detém o poder de criar leis que regulam o uso social do território e, portanto, de toda a sociedade; e assim é o maior criador e controlador de normas sociais. O poder do Estado é exercido sobre uma dada população que habita determinado território. Para que possa existir Estado tem que existir,

obrigatoriamente, uma população sedentária, um grupo que possa construir o seu sistema político.

O Estado, enquanto ator político, “é o verdadeiro e legítimo representante de uma população que, por definição, quer viver e sobreviver num território” (RAFFESTIN, 1993, p.236) e complementa “está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações” (p.152).

Neste sentido, a estrutura de poder político-territorial do Estado definiu os rumos da história do século XIX e início do XX, e se constitui como “refúgio de valores simbólicos e de interesses que resistem à circulação imposta pela globalização” (CASTRO 2005, p. 107).

Parafraseando Santos (2000) é possível dizer que o processo produtivo reúne aspectos técnicos e políticos. Os primeiros têm mais a ver com a produção propriamente dita e sua área de incidência. Já a parcela política, ao contrário, relacionada ao comércio, preços, subsídios etc., tem sua sede fora da região e seus processos geralmente escapam ao controle dos principais interessados, os produtores, e da sociedade civil como um todo.

“Cabe ao Estado decidir a abertura para a entrada das inovações, dos capitais e dos homens e assim ele se torna responsável pelas consequências de sua cumplicidade ou de sua resistência em relação aos interesses do sistema capitalista mundial” (SANTOS, 1996, p.181).

O Estado - nação surge para promover a territorialidade no sentido do controle de acesso e também para classificar, nomear as pessoas conforme seu lugar de nascimento. “Toda existência ‘legal’ dos indivíduos dependerá de sua condição territorial nacional”, (HAESBAERT, 2006, p. 89).

Seja qual for a concepção de Estado adotada, suas relações com a economia e a sociedade são de caráter interativo e, mesmo no capitalismo liberal mais ortodoxo, nunca esteve ausente da economia, e desde a economia clássica, “o Estado exerce o papel, senão de agente, pelo menos de indutor da acumulação e reprodução de capital e seu papel extrapola a proteção da estabilidade econômica na sociedade de classes, da propriedade privada” (MACHADO, 2000, p.50).

Com vistas a contribuir para a compreensão da apropriação do território do Cerrado pelo capital, busca-se na análise da conjuntura geopolítica das décadas de 1970 e 1980 as bases explicativas capazes de oferecer visibilidade aos atores políticos dessa inserção territorial.

A geopolítica se estabelece como instrumento capaz de explicar os mecanismos fundamentais que regem a ocupação do Cerrado por uma modernidade induzida de base tecnológica, tendo, nos processos político-territoriais, a estratégia da mobilidade da fronteira agrícola brasileira entre 1970 e 1980.

A Conjuntura Geopolítica internacional e a implementação do PRODECER

Pensar nos arranjos espaciais, que estão se delineando no decorrer do Século XXI, é um exercício que exige refletir sobre o legado do Século XX, com seus avanços tecnológicos, fragmentações, conexões, desconexões dos lugares, enfim um conjunto de incertezas e dificuldades inerentes à evolução histórico-social. Porém, este é, com certeza, o ponto de partida para se pensar os espaços políticos, como contraface dos espaços econômicos.

A compreensão do contexto geopolítico internacional é importante para se explicar a inserção do Cerrado ao circuito produtivo capitalista do século XX, mas não se deve esquecer que as condições conjunturais mundiais foram criadas por situações nacionais de diferentes países democráticos. E no contexto analisado, a conjuntura geopolítica nacional dos Estados Unidos e Japão foram o marco para que o Brasil cedesse outros espaços para a ação do capital.

A geopolítica determinou, por longos anos, os rumos das relações externas entre diferentes países e deverá determinar os novos caminhos e estratégias de ação dos estados, na garantia do processo de acumulação em base nacional.

A liberação do comércio, pós 2ª Guerra Mundial, alterou o quadro geopolítico mundial, e o Brasil é obrigado a adequar o seu paradigma produtivo, baseado na aliança estratégica com os EUA, abrindo-se aos investimentos de outros países. “Os Estados Unidos envolvidos com as questões de segurança internacional e o Brasil na busca de instrumentos que possibilitassem o seu desenvolvimento econômico” (OLIVEIRA; MASIERO, 2005, p. 5).

O pouco interesse dos Estados Unidos em ampliar seus intercâmbios comerciais com países da América Latina, exceto o México, pressionou o Brasil a buscar um maior relacionamento com outros países. Nesse cenário ocorre a ampliação das relações comercial/política com países da Ásia, em especial China e Japão. Essas iniciativas se apresentaram fortemente vinculadas ao poder estatal.¹

¹ As relações com a China e Japão datam do século XIX quando tornou-se necessária a ampliação da migração de mão-de-obra externa para as lavouras de café. A assinatura do Tratado de Amizade Comércio e Navegação com a China é de 1881 e com o Japão é de novembro de 1895.

O Japão se coloca como importante aliado no comércio exterior brasileiro, à medida que assume, entre 1950 e 1980, o papel de um dos maiores investidores no Brasil (UEHARA, 1999). A partir de 1960, torna-se o segundo mercado individual para as exportações brasileiras e terceiro maior investidor externo no Brasil, (OLIVEIRA; MASIERO, 2005).

O Japão afunila as relações com o Brasil, principalmente a partir da década de 1970, para reduzir sua dependência em relação à importação de produtos primários de países como os Estados Unidos e Canadá, por exemplo. Do lado brasileiro, a abertura aos capitais japoneses representou a possibilidade de desenvolvimento tecnológico no país.

O Brasil oferecia uma “grande potencialidade e a maior força de crescimento entre os países latino-americanos; estabilidade política; tradição de mais de 70 anos de imigração japonesa; e diversos acordos de cooperação econômica, técnica e cultural assinados pelo presidente Geisel, em 1977” (EXPORTAR, 1978).

Entretanto, a maior parte da ajuda econômica em investimento direto estrangeiro, no Brasil, foi viabilizada no decorrer do processo de consolidação industrial e teve como suporte a política de substituição de importações, que coincide com o Governo de Juscelino Kubitschek.

O Japão vem contribuindo para o embasamento do desenvolvimento econômico do Brasil, sob atuação conjunta dos órgãos governamentais e privados, no que se refere à cooperação econômica e técnica, realizando grandes projetos, como o Fuji Bank América do Sul (1954); a instalação da Ishikawajima do Brasil Estaleiros S/A, Ishibrás (1954); a entrada de diferentes *trading companies* (1955)² e a construção da Usina siderúrgica de Minas Gerais S/A, USIMINAS (1956), entre outros como os investimentos em logística da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) o que abriu caminho para outros empreendimentos, como o de Carajás com o porto de Itaqui (MA) (BRASIL, 2002).

Os investimentos japoneses, no Brasil produziram grande impacto no país e se concretizaram em cinco áreas relacionadas ao desenvolvimento de recursos naturais: siderurgia, papel e celulose, agricultura, alumínio e mineração. O empreendimento de desenvolvimento de recursos naturais no setor agrícola de maior expressividade foi o Programa Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados, PRODECER (BRASIL, 2000).

² Até 1955 o Brasil recebeu 6 trading. No período de 1956 - 1960 o número de empresas japonesas no Brasil atingiu 35.

O desenvolvimento dos Cerrados, através do PRODECER, teve sua intenção de cooperação para implementação divulgada através de comunicado conjunto dos dois países em 1974 (Acordo de Cooperação Técnica Brasil – Japão) e foi realizado através de acordo assinado entre os Governos do Brasil e do Japão em 1976.

PRODECER: Estratégia Bilateral de deslocamento da fronteira e territorialização do Capital no Cerrado

O PRODECER é um projeto de cooperação econômica bilateral Brasil-Japão, específico, de grande porte, e que cumpriu três papéis importantes no processo de territorialização do capital no Cerrado.

Primeiro teve como objetivo o desenvolvimento da fronteira agrícola na região do Cerrado, abrangendo extensas áreas. Segundo, buscou aumentar a oferta internacional de alimentos, através da exportação de produtos agrícolas, com repercussão a nível mundial. E terceiro, teve longa duração, tendo desenvolvido estratégias próprias de incorporação do campo brasileiro ao circuito produtivo capitalista mundial.

Esse projeto, através da financeirização da terra pelo capital internacional verteu a favor dos médios e grandes proprietários a solidariedade cooperativista, que converteu o sistema tradicional de cultivo em um moderno mecanismo de produção no Cerrado. Houve a complementaridade da cooperação econômica e reciprocidade de interesses mútuos entre o Brasil e Japão. De um lado, o Brasil recebia investimentos japoneses destinados a financiar a pesquisa agropecuária; e de outro, o Japão se beneficiava da maior oferta de soja no mercado internacional.

A concepção básica do PRODECER é promover o desenvolvimento de polos de colonização com agricultores de porte médio, organizados em cooperativas, com a utilização de modernas tecnologias agrícolas (BRASIL, 2000), ou seja, tem como objetivo a “materialização de um celeiro capaz de alimentar uma importante fração da população mundial, tomando em consideração o desenvolvimento econômico e social do Brasil no século XXI” (BRASIL, 2002, p. 3).

Esse projeto cumpriu o seu principal papel, que foi articular o capital público ao privado de forma a estabelecer, em definitivo, todas as condições para que houvesse a territorialização do capital no Cerrado. A territorialização ocorreu por etapas, porém todas seguiram as mesmas bases traçadas inicialmente.

O plano previu investir na produção de soja, milho e sorgo, sendo que o projeto se firmou na produção dos dois primeiros; o empreendimento foi feito de forma integrada, englobando as fases de produção, comercialização e industrialização e para sustentar o projeto criou-se duas *holding*, com associação de capitais governamentais, através de agências oficiais, transferência de capitais públicos e privados de ambos os países (ÁREA, 1975).

Do lado brasileiro a *holding* é a BASAGRO (Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial), que conta com 51% do capital da Companhia de Promoção Agrícola - CAMPO. Empresa criada para dar suporte técnico e financeiro aos produtores efetivados em cada etapa do PRODECER. [...] A *holding* japonesa JADECO (Companhia Nipo-Brasileira de Desenvolvimento Agrícola), com 49% do capital da CAMPO (PESSÔA, 1988).

A *holding* brasileira ficou assim constituída: Banco do Brasil, BB; IBRASA (Subsidiária do BNDE); Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais; Companhia Vale do Rio Doce e de um banco privado. Já a *holding* japonesa foi formada pela JICA e bancos privados japoneses, entre eles o “*Long Term Credit Bank of Japan* e o Banco *Mitsui*.” Os recursos foram administrados pelo Banco Central, que assumiu o risco cambial e fez os repasses segundo a determinação do Conselho Monetário Nacional para o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, agente financeiro da primeira fase do PRODECER (BRASILEIROS, 1977; PAULINELLI, 1977; EXPLORAÇÃO, 1978).

As ações para que o PRODECER se concretizasse fizeram com que o capital japonês encontrasse campo para se expandir no Brasil. Pois, se por um ângulo o Japão enviou dinheiro para a abertura das fronteiras do Cerrado; de outro, implantou filiais de suas empresas como forma de garantir o processo de territorialização do capital.

Todo o programa foi baseado na assinatura de acordos, firmados entre os dois países, cujas diretrizes de implantação foram norteadas pelo

R/D³, registro das discussões que direcionaram as diretrizes básicas dos dois países em relação ao PRODECER. O L/A⁴ que estabelece o financiamento do lado japonês, a alocação de recursos pelo lado brasileiro, o sistema de financiamento aos produtores, etc. o P/A⁵ estabelece o escopo da sua execução, com base no estudo realizado para as Fases I, II e III do programa. O P/A é onde está o cerne da concepção de desenvolvimento de cada uma de suas fases e estabelece, claramente, as responsabilidades do

³ R/D (Record of Discussion).

⁴ L/A (Loan Agreement).

⁵ P/A (Project Agreement).

governo federal, dos governos estaduais, das instituições financeiras, da Campo, das cooperativas, etc., visando a execução eficiente do programa (BRASIL, 2002, p. 3-6).

Assim o PRODECER, para ser estruturado, contou com o apoio do governo federal, que repassava os financiamentos e dos governos estadual e municipal que ficaram encarregados de melhorar a infraestrutura socioeconômica, além da iniciativa privada. Sua viabilização no Cerrado se deu através da criação de programa articulado e impulsionador, no qual foi concebida a presença de um órgão coordenador, a empresa CAMPO.

O território do PRODECER, no Cerrado, teve início em 1980 com a implantação do programa no oeste de Minas Gerais (PRODECER I) e em 1987 expandiu-se para áreas em Goiás, Mato Grosso do Sul e Bahia, (PRODECER II). A partir de 1995 atingiu os estados do Maranhão e Tocantins.

O PRODECER I e II abriu uma área de 270 mil hectares, em 19 projetos de colonização, dos quais onze projetos em Minas Gerais, três em Goiás, dois no Mato Grosso, dois na Bahia e um no Mato Grosso do Sul. E com o PRODECER III estão sendo incorporados mais 80 mil hectares de terra, no Maranhão e no Tocantins, com o assentamento de 80 famílias (PÉRET, 1997, p.356).

A área média dos lotes é de 400 ha no PRODECER Piloto I; 410 ha no PRODECER Piloto II e 350 ha no PRODECER Expansão. No PRODECER III, como já sabiam a rentabilidade das terras, a área média de cada lote foi um pouco mais que o dobro das fases anteriores, com mil hectares (BRASIL, 2002, p.3-26).

Da área total do projeto piloto, implantado em Minas Gerais, de 60 mil hectares, 10 mil foram destinados ao desenvolvimento de culturas; sete mil para demonstrações; três mil para a Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Cerrado, CDAC; vinte mil para a formação de *joint-ventures* de empresas brasileiras e japonesas e 20 mil para cultura individual (BRASILEIROS 1977).

Sobre os financiamentos para o desenvolvimento dos projetos, os recursos foram viabilizados pelos governos do Brasil e do Japão, tendo procedência tanto pública quanto privada. Os recursos do Brasil e do Japão foram divididos equitativamente no PRODECER I e II. Para o PRODECER III, 60% dos recursos foram provenientes do Japão e 40% do Brasil, dos quais 30% do governo federal (Tesouro Nacional) e 10% dos agentes financeiros participantes do programa.

O projeto de cooperação, aprovado para o aproveitamento agrícola do Cerrado, PRODECER, contou com investimento integralizados entre as *holdings* brasileira e japonesa. (ESTUDA-SE, 1975).

Inicialmente, o governo brasileiro queria que os japoneses apoiassem um projeto definitivo de ocupação agrícola do Cerrado, porém o governo japonês preferiu iniciar por um projeto piloto em Minas Gerais e caso surtisse os efeitos desejados, ampliaria os investimentos e a área ocupada. O que se concretizou, pois o PRODECER ocupou 345 milhões de hectares, se somadas as áreas do projeto nos sete estados onde se desenvolveu e assentou 717 produtores de um total planejado de 760 (BRASIL, 2002).

Para a abertura inicial das fronteiras, foram necessários investimentos da ordem de 562 milhões e 900 mil dólares e o sistema de financiamento baseou-se em empréstimos ao governo brasileiro, liberados por meio do Banco Central do Brasil. Cabe considerar que houve dois tipos de financiamentos, os que contavam com recursos repassados do Fundo de Investimento e Financiamento, diretamente ao Banco Central do Brasil, com juros mais baixos, PRODECER piloto.

Os financiamentos realizados pela *Japanese Bank for International Cooperation*, JBIC (ex-OECF, *Formes Overseas Economic Cooperation Fund*) que provinham do Fundo de Financiamentos para Projetos em Geral e foram emprestados ao Banco Central do Brasil pela JADECO, em condições favoráveis, PRODECER expansão (BRASIL, 2002).

O governo brasileiro assumiu o risco cambial que eventualmente incidisse sobre os recursos japoneses, garantindo, dessa forma, o pagamento de juros e a devolução do principal. Assim, ocorreu o financiamento do projeto e a liberação dos recursos, de forma a reduzir os encargos.

Os termos e condições para os produtores do PRODECER foram estabelecidos como especiais e bastante favoráveis, como pode ser visto no P/A do PRODECER II, firmado pela JICA:

Os termos e condições de qualquer empréstimo ou crédito concedido a qualquer participante do projeto sob os termos do Programa Especial, nos casos em que os empréstimos ou créditos comparáveis poderiam ser obtidos através de outros programas de crédito agrícola existentes na República Federativa do Brasil, não serão mais onerosos para os participantes do projeto do que os termos e condições mais favoráveis aplicáveis aos empréstimos ou créditos comparáveis disponíveis a outros tomadores na República Federativa do Brasil, especialmente aqueles localizados na Região dos Cerrados (BRASIL, 2002, p. 3-10).

Tal afirmação leva a considerar que todos os produtores do projeto contaram com condições especiais de financiamento, porém ao longo do tempo essas

condições foram alteradas de acordo com a conjuntura do momento, especialmente a partir da segunda etapa do PRODECER.

O financiamento era integrado, ou seja, contemplava crédito fundiário, de custeio e de investimento. Os prazos de financiamento variavam entre 12, 15 e 20 anos para investimentos; entre 01 e 03 anos para custeio e 20 anos para o fundiário. A carência para fundiário e investimento de 06 anos e de custeio 01 ano, com limite de adiantamento entre 80% e 100% (BRASIL, 2002).

As características dos financiamentos fizeram-nos bastante atraentes a inúmeros produtores, que se interessaram em migrar de outras regiões do Brasil, para o desenvolvimento de fronteiras agrícolas na Região dos Cerrados. Os agricultores do Cerrado eram considerados, pelos órgãos que financiaram e executaram o PRODECER, despreparados tanto técnica quanto financeiramente.

Os produtores dos Estados, onde o projeto foi desenvolvido, apresentaram três aspectos que não se encaixavam nos quesitos de escolha do agricultor: não sabiam “lidar” com a tecnologia; não estavam vinculados a nenhuma cooperativa de crédito, como exigia o programa; e não dispunham de capital suficiente para o investimento inicial exigido que era entre 10% e 20% do investimento total.

Além das exigências acima, era necessário: ser brasileiro; não ser proprietário rural; possuir espírito associativo; comprometer-se a residir no lote ou na sede do município; exercer a agropecuária como sua atividade principal; possuir informações cadastrais satisfatórias, dentre outras referentes ao compromisso com o Projeto (BRASIL, 2002). As taxas de juros foram baseadas no Manual de Crédito Rural – MCR – definido pelo Banco Central do Brasil.

O Estado teve grande influência sobre o ordenamento e gestão do território, dinamizando o espaço, em especial o agrário. As políticas de origem estatal definem e orientam o desenvolvimento do território nacional, e as redes, geopoliticamente estabelecidas, tornam-se a base da expansão das fronteiras em direção a região central do Brasil, Cerrado.

Considerações

A raiz que motivou a modernização territorial do Cerrado foi a geopolítica, e o Estado foi peça chave nesse processo, pois estabeleceu o conjunto das condições primeiras para que as ações do capital internacional pudessem se espacializar, territorializando-se.

Desde a década de 1930, o Brasil vem construindo uma estratégia de ocupação e (re) ordenação da economia e da sociedade, na busca de um país mais articulado à conjuntura mundial, portanto, primando-se pela integração ao sistema global de produção. O caminho foi se delineando ao longo do projeto de JK, Plano de Metas, que dentre todas as ações previu a construção de uma nova capital para o país. Esta assentou-se em terras do Brasil Central e criou uma nova configuração territorial no Cerrado .

No contexto do Estado Novo (1930), traça-se o primeiro plano de ocupação de novas áreas, distantes das localidades mais dinâmicas do país, centralizadas no Sudeste e Sul do Brasil. Era preciso marchar em direção ao Oeste, “levar civilidade ao povo do sertão”. A construção de Goiânia, capital do Estado de Goiás, faz parte desta Marcha.

Se civilizar era preciso, então o processo de modernização deveria se iniciar pelos espaços mais tradicionais, o campo, a agropecuária, onde imperava a agricultura camponesa, de baixos padrões produtivos, que tinha como destino a mesa do brasileiro. Nesses espaços não havia a necessidade do “tempo rápido” da modernidade, pois a produção destinava-se ao próprio sustento, ou quando muito, para a feira livre aos finais de semana.

O novo fazer agrícola que se impôs nos cerrados revela mudanças importantes na configuração sócioespacial passando de uma região sustentada na pecuária extensiva e na agricultura de autoconsumo para produtora de grãos, quase sempre para exportação.

Os principais projetos de mudanças territoriais estão inseridos entre 1930 e 1980, com maior ênfase para o Regime Militar. Verificou-se, através de uma (re) leitura das teorias geopolíticas, que estas sustentaram os programas de ocupação e interiorização do povoamento no país, mobilidade da fronteira. É nesse contexto que os vínculos do poder do capital, corporificado nas políticas estatais, territorializa-se sobre o Cerrado.

O PRODECER, fruto do acordo nipo-brasileiro, foi instrumento estatal de iniciativa privada de ocupação do Cerrado e representou o conjunto de forças indutoras do processo de modernização territorial. O programa disseminou novos padrões produtivos e culturais, modernização, ao que ainda se sustentava sob o ideário do tradicional, transformando mais do que o Cerrado, o país.

O PRODECER foi pioneiro, na remodelação dos sistemas produtivos, contribuindo para a expansão da fronteira agrícola do país e a instalação de diversas

empresas relacionadas ao agronegócio, como a venda de insumos agrícolas e inseticidas e multinacionais compradoras de grãos. Tratou-se do primeiro projeto para o espaço agrícola do Cerrado em que a transformação tecnológica e o desenvolvimento da agricultura em bases empresariais estavam previstos na direção da provocação de mudanças significativas na estrutura fundiária e produtiva.

Referências

ÁREA dos cerrados é onde japoneses investirão. **Diário de Brasília**. Primeiro caderno. Edição de 18 de fevereiro de 1975.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Agência de Cooperação Internacional do Japão. **Estudo de Impacto dos Programas de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados na República Federativa do Brasil**. Esboço do Relatório Geral. Brasília, Março de 2000.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Agência de Cooperação Internacional do Japão. **Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados**. Estudo de Avaliação Conjunta – Relatório Geral, Nº 48. Brasília, janeiro de 2002.

BRASILEIROS e japoneses acertam bases do esquema de cooperação. **Gazeta Mercantil**, 28 de dezembro de 1977.

CASTRO, I. E. de. **Geografia e Política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

ESTUDA-SE projeto para os cerrados. **O Estado de São Paulo**, de 14 de junho de 1975.

EXPLORAÇÃO do Cerrado começa em julho. **Correio Braziliense**, 25 de maio de 1978.

EXPORTAR capital, saída para Japão reduzir superávit. **O Estado de São Paulo**, 21 de fevereiro de 1978.

GUEDES, C.; NATAL, J. Reestruturação espacial e gestão territorial no Centro-Oeste do Brasil – o caso da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, em Goiás. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR**, 7, 1997, Recife. Anais... Recife: MDU/UFPE, 1997. p. 1902-1910, v. 3.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender desterritorialização. In: SANTOS, M; BECKER, B. K. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2ª ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2006, p. 43-70.

MACHADO, L. T. **Concepções políticas do Estado e da questão nacional nos séculos 19 e 20**: mito e realidade das doutrinas políticas. São Paulo: Mandacaru, CPC – UMES, 2000.

OLIVEIRA, H. A. de; MASIERO, G. Estudos Asiáticos no Brasil: contexto e desafios. **Revista Brasileira de Política Internacional** 48 (2): 5-28 [2005].

PAULINELLI viaja ao Japão e conclui o acordo do cerrado. **Correio Braziliense**, 12 de setembro de 1977.

PÉRET, R. de C. A. A questão da Sustentabilidade da agricultura nos cerrados. In: SHIKI, S. & SILVA, J. G. da. (Orgs) et alii. **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do Cerrado** brasileiro. Uberlândia, UFU: 1997, p. 353-371.

PESSÔA, V. L. S. **Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba – MG**. 1988. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, SP, 1988.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: editora Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

STEINBERGER, M. Região Centro-Oeste: uma visão geopolítica. **Revista Sociedade e Cultura**, v. 3, nº 1 e 2, jan/dez 2000. (p.31 – 49). Disponível em <www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/viewArticle/455>. Acesso em 12/08/2009

UEHRA, A. R. Relações Brasil-Japão: Aproximações e Distanciamentos. **Publicación Carta Asiática**. Universidad de San Pablo, Núcleo de pesquisa em Relações Internacionais, junio de 1999. Disponível em <<http://www.asiayargentina.com/usp-06.htm>>. Acesso em 12/08/2009.

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas: as representações do século XXI**. 4a Ed. São Paulo: Contexto 2005.